

Intervenção na sessão solene comemorativa do dia da Universidade de Coimbra

Encontramo-nos hoje aqui para celebrar "o tesouro admirável da Ciência, que, na proporção em que se espalha, recebe incremento de maior fecundidade e ilumina o mundo, espiritual e temporalmente". Foi com estas palavras que o Rei D. Dinis, no seu precioso documento assinado em Leiria a 1 de março de 1290, justificou a criação do Estudo Geral em Portugal.

Neste ano de 2013, tanto tempo depois, penso que todos concordamos com a justeza destas razões. É para mim uma enorme honra, que acolho com humildade, ter o privilégio de vos dirigir umas palavras em nome desta instituição fantástica que hoje perfaz 723 anos, a Universidade de Coimbra.

[I - A situação orçamental da Universidade]

No dia 9 de Novembro passado convidei toda a comunidade universitária a estar presente no Teatro Académico de Gil Vicente para dar conta da dificuldade orçamental em que nos encontrávamos. Desta ação pública, concertada com todas as outras universidades portuguesas, resultou um reforço de 3,6 milhões de euros para a UC, relativamente ao corte orçamental que se perspetivava. Um reforço que é decisivo para a Universidade de Coimbra funcionar este ano. Valeu a pena, e quero aqui manifestar o meu reconhecimento a toda a comunidade universitária por este sucesso coletivo.

Mesmo assim a Universidade de Coimbra sofreu este ano um corte de quase 2 milhões de euros, por comparação com 2012, pois embora a nossa dotação do orçamento de Estado seja mais elevada em 2013, são maiores ainda os aumentos de encargos com o subsídio de Natal, a Caixa Geral de Aposentações, a Segurança Social e a biblioteca digital (a b-On).

Em consequência, agravou-se a situação de grande dificuldade em que já nos encontrávamos no ano passado. O corte efetivo da Universidade de Coimbra em 2013, em relação a 2010, atinge já 33%, um valor gigantesco. Note-se que a redução média da despesa do Estado, excluindo dívida pública, entre 2010 e 2013, foi de apenas 15%. Porque há-de estar o ensino superior a ser tão maltratado? Como já tive oportunidade de referir noutros momentos, se toda a despesa pública tivesse tido o mesmo corte que o ensino superior, o problema orçamental português estaria resolvido.

Viviane Reding, a vice-presidente da Comissão Europeia, em visita recente a Coimbra, disse que, havendo pouco dinheiro disponível, ele deveria ser aplicado para três prioridades principais, sob pena de não haver futuro: *Education, education, education*. Afinal o governo português não é assim tão bom aluno da Europa.

Permitam-me que torne mais perceptível, espero, a situação limite em que nos encontramos. Na Universidade de Coimbra definimos como *despesa estrutural* os gastos estritamente indispensáveis para manter a porta aberta, que são naturalmente os salários e os custos base como eletricidade, água, gás, limpeza e segurança - em 2013 são cerca de 95 milhões de euros (dos quais 84 milhões correspondem a salários). Se usarmos para pagar essa despesa toda a dotação do orçamento de Estado (76 milhões em 2013), todas as propinas de licenciatura, todas as propinas de mestrado integrado, todas as propinas dos mestrados de continuidade, e ainda todas as taxas, juros, alugueres e concessões da UC, ainda ficam a faltar 6 milhões de euros. Estes números não incluem os Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra (SASUC).

Para cobrir a diferença é necessário recorrer aos *overheads* sobre projetos de investigação,

prestações de serviços especializadas e cursos não conferentes de grau, às propinas de doutoramento, e a outras (poucas) receitas pontuais. Ora, estas receitas são também precisas para contemplar outras despesas, não "estruturais" mas igualmente necessárias, como sejam comprar livros para bibliotecas e reagentes para laboratórios, reparar aparelhos que se avariaram, substituir vidros que se partem e lâmpadas que se fundem, pagar as licenças do software, repor as telhas que o vento leva e resolver as infiltrações de água, etc, etc.

Continuamos mesmo assim a dar lições de boa gestão. Não temos empréstimos, nem desperdiçamos dinheiro a pagar juros. As nossas contas de 2012 ficaram equilibradas: gastámos em 2012 apenas a receita de 2012, sem gerar prejuízo. Foi uma gestão apertada, em que todos, coletivamente, soubemos ser muito parcimoniosos. Estamos de parabéns.

Apesar do corte adicional, em 2013 vamos também conseguir chegar ao fim do ano com equilíbrio, graças à iniciativa e ao empenho dos nossos professores, dos nossos trabalhadores, que têm conseguido obter a receita adicional necessária, apesar de isso não ser nada fácil, dada a funda recessão em que está o país.

Mas estamos mesmo no limite para manter a Universidade em funcionamento.

Compreenderão assim por que me angustia o repetido anúncio de que vai haver mais um corte de 4 mil milhões de euros nos gastos do Estado. Quanto desse corte incidirá sobre a Universidade de Coimbra?

Quero aqui dizer com toda a clareza ao Governo, à troika e ao FMI, que não há espaço para mais reduções. Chega.

Pelo facto de termos fechado o ano de 2012 com contas equilibradas, e de irmos novamente fazê-lo em 2013, não se conclua que há margem para cortar mais. "Se aguentaram tão bem, pode-se baixar mais". Eis uma forma de pensar que parece estar na moda. Lembro no entanto que o cavalo do espanhol morreu quando estava quase a habituar-se a não precisar de comer.

Se só se presta atenção a quem está na bancarrota, então só haverá bancarrota em Portugal. Se só se tem em conta quem é ineficiente, então só haverá ineficiência. Se só se leva a sério o que é mal gerido, então só haverá má gestão em Portugal.

[II - A situação orçamental do país]

A crise que colocou Portugal nesta situação é inteiramente exterior à Universidade de Coimbra. Não temos nem dívidas nem pagamentos em atraso. Mas ela afeta-nos tanto, à Universidade e ao país, que sinto obrigação de me pronunciar, mais uma vez, sobre a sua origem e sobre a forma de a debelar. É por absoluta necessidade que o faço, pois em condições normais não me caberia fazê-lo, pela formação que possuo e pelas funções que desempenho. Mesmo assim só me abalanço a esta tarefa porque pude contar com a ajuda de muitos professores da Universidade de Coimbra, vários da área da economia, que aceitaram debater comigo as ideias que vou apresentar e me ajudaram a desenvolvê-las.

Assim, neste dia 1 de março de 2013, com a troika presente em Portugal, vou analisar o problema do corte de 4 mil milhões de euros que ameaça abater-se sobre a sociedade portuguesa.

Creio haver um consenso nacional, que partilho, de que com a presente estrutura fiscal não é

possível qualquer aumento adicional da receita do Estado. O nível de impostos em Portugal é já tão elevado que, se queremos ter desenvolvimento económico num prazo razoável, temos de baixar impostos, em vez de os aumentar ainda mais. Reafirmo que a atual carga fiscal sobre o emprego, muito elevada, é causa direta de desemprego, um sombrio flagelo que compromete o nosso futuro próximo.

Mas há outros impostos, mais justos, que devem ser introduzidos, por razões que já explicitarei noutras ocasiões. Concretamente, aplaudo a coragem do Governo de Portugal ao dar o seu apoio formal à introdução na União Europeia de uma taxa sobre as transações financeiras, integrando o grupo de 11 países que pretende a sua introdução. Este grupo, que inclui a França, a Alemanha, a Itália e a Espanha e que, sem surpresa, não inclui o Reino Unido, manifestou a sua intenção de avançar mesmo sem a companhia dos outros membros da União Europeia, o que os tratados permitem. É pois provável que seja introduzida uma taxa de 0,1% sobre a compra de ações e obrigações, e de 0,01% sobre produtos financeiros derivados. Apesar de estas taxas serem tão baixas, a Comissão Europeia espera que delas resulte uma receita anual entre 30 e 35 mil milhões de euros, não estando ainda decidido qual o destino desta verba. Espero que a parte que couber a Portugal seja usada para baixar esta dívida pública que nos atrofia.

Só que não é nesta nova taxa, que ainda vai demorar algum tempo até estar efetivamente em vigor, que podemos encontrar a solução rápida que procuramos. É imperativo intervir na despesa, por isso vejamos como isso pode ser feito. Essencialmente, o Estado tem dois tipos de despesa:

- os custos com a sua atividade (educação, saúde, segurança social, justiça, polícia, negócios estrangeiros, etc, etc)
- os custos financeiros

Entendo que não há espaço para mais cortes elevados na atividade do Estado. Há ainda desperdício em alguns setores, mas ele não é eliminado com cortes cegos, como os que têm ocorrido, onde se aplica no essencial uma percentagem de redução a todos, em nome de uma pseudo-equidade que apenas prejudica a boa gestão e a eficiência, pois não distingue as instituições e serviços bem geridos daqueles que funcionam mal. Os cortes inteligentes exigem análises muito cuidadas e profundas. Não me parece que estejam a ser feitas.

O que proponho é que olhemos com muita atenção para os custos financeiros do Estado.

De acordo com as sínteses de execução orçamental da Direção Geral do Orçamento, o Estado pagou em juros e outros encargos, em 2012, cerca de 8,2 mil milhões e euros, e prepara-se para pagar em 2013 cerca de 8,4 mil milhões.

É mais do dobro do que o anunciado corte de 4 mil milhões! É também mais do que os gastos previstos para 2013 em saúde (7,8 mil milhões), em educação (7 mil milhões), e está muito perto dos gastos da segurança social (8,9 mil milhões).

Estes encargos são muito pesados para o povo português. O juro médio que se espera seja pago em 2013 é de 4,5%, com tendência crescente para anos futuros.

Comparativamente, a taxa de desconto do Banco Central Europeu está em 0,75%, a Euribor a 6 meses está a 0,34%, e o juro que eu próprio estou a pagar pelo empréstimo da minha casa é de aproximadamente 1%.

É totalmente imoral o que está a acontecer atualmente: os bancos comerciais vão buscar dinheiro ao Banco Central Europeu a 0,75% de juro e depois emprestam ao Estado Português a cerca de 5%, ganhando milhares de milhões de euros neste processo, à custa dos cidadãos portugueses. Os

mecanismos europeus que permitem esta situação são inaceitáveis.

Os juros da dívida pública portuguesa têm de ter um *spread* razoável, muito mais baixo do que o atual. O *spread* é a taxa de juro adicional que se paga num empréstimo, acima de uma taxa de juro de referência, que neste caso poderia ser quer a Euribor quer a taxa de desconto do BCE. Se esse *spread* fosse por exemplo de 1%, os encargos com os juros da dívida pública portuguesa baixariam para bem menos de metade, pois o juro ficaria entre 1,34% e 1,75%, em vez dos 4,5% que referi atrás. Em 2013, por exemplo, em vez de pagarmos 8,4 mil milhões de euros em juros, pagaríamos apenas cerca de 3 mil milhões, e o corte de 4 mil milhões de euros estaria inteiramente conseguido.

O que temos de fazer é baixar o *spread* da dívida pública portuguesa. Não é necessária mais austeridade que afete as funções do Estado.

Porque é o *spread* de Portugal tão alto? Os nossos credores dizem que é por causa de nós termos vivido acima das nossas possibilidades, gastando o dinheiro que não tínhamos. Construímos estádios a mais, autoestradas a mais, o Estado contratou gente a mais, etc, etc. Agora, chegou a fatura desse desgoverno.

Eu concordo. Nós gastámos dinheiro descontroladamente. A referência aos estádios é-me particularmente amarga, pois sempre fui contra eles e agora tenho de ajudar a pagá-los. Para que esta situação não se repita defendo que deve existir uma norma constitucional que limite o mandato dos governos ao dinheiro da geração atual, que neles votou, para que não possam usar o dinheiro das gerações futuras, que não lhes deram mandato para tal.

Essa norma pode consistir na introdução de um orçamento plurianual, por exemplo a sete anos como o da União Europeia, tendo depois os orçamentos anuais de se subordinar a esse orçamento plurianual. Entendo que a alteração em curso à Lei de Enquadramento Orçamental, que transpõe para a lei portuguesa os termos do Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na zona euro, é positiva, mas muito perigosa para Portugal se o *spread* da dívida não baixar, pois se já estamos com tanta dificuldade só para pagar os juros, como vamos conseguir amortizar a dívida também?

Se o descontrolo de gastos foi a única causa relevante para a nossa situação de dificuldade orçamental, como muitos nos querem fazer crer, teremos muita dificuldade em baixar o *spread* da dívida. Dizem que temos de estar muito agradecidos à troika, que nos empresta dinheiro a um juro muito inferior àquele que conseguiríamos no mercado. Sem a troika, já estaríamos em bancarrota e na miséria, asseguram-nos!

Mas o nosso desgoverno não é a única causa da situação.

[III - A co-responsabilidade da União Europeia]

A responsabilidade pela situação atual não é só dos portugueses. É também da União Europeia, e da zona euro em particular. Por duas razões principais.

Primeiro porque o grande ataque especulativo ao euro que ocorreu nos últimos anos tinha por objeto a zona euro, e não apenas Portugal, a Grécia ou a Irlanda. Estes países foram o alvo principal do ataque apenas por serem o elo mais fraco. Portugal aguentou firme. Estivemos (e estamos) na

trincheira da frente na defesa da zona euro contra os capitais predadores e especulativos, mas ficámos feridos. A Europa não pode (e não vai) abandonar aqueles que a defenderam na linha da frente.

Temos de perceber o objetivo do ataque especulativo. Se a zona euro tivesse quebrado e voltado às moedas nacionais, a moeda dos países mais fortes valorizaria imenso em relação ao valor atual do euro, e portanto em relação ao dólar e às moedas dos países mais fracos da zona euro. Quem tivesse dívida pública por exemplo da França, Alemanha, Finlândia ou Áustria, veria o seu dinheiro fortemente valorizado, enquanto os países mais fracos como Portugal teriam uma moeda muito desvalorizada, pelo que seria muito barato comprar empresas, edifícios, e todo o tipo de bens nesses países, assim como seria muito favorável comprar de novo dólares. Foi por esta razão que houve quem chegasse a emprestar dinheiro à Alemanha a juro negativo, pois esperavam uma choruda recompensa, com a enorme valorização que o marco teria depois de o euro desaparecer.

O ataque deu-se subindo para valores insustentáveis os juros dos países periféricos, já de si fragilizados por causa das dívidas elevadas. Os especuladores apostaram na falta de solidariedade dos países mais fortes, pensando que estes deixariam cair os mais fracos e com eles o euro. Felizmente, tal não aconteceu.

É importante que se perceba que os países mais fortes da zona euro teriam muito a perder se o euro acabasse. A valorização das suas moedas nacionais poria rapidamente em causa a sua capacidade de exportar, e as perdas seriam enormes. Os países mais fortes têm uma competitividade bem maior com o euro do que teriam com as suas moedas nacionais, pois o euro é mais fraco do que seriam essas moedas nacionais, e isto graças aos países mais frágeis, que puxam o euro para baixo.

Para os países mais fracos, como é o caso de Portugal, o efeito é inverso: terem uma moeda mais forte do que seria a sua moeda nacional faz-lhes perder competitividade. Assim, a compensação dos mais fortes para com os mais fracos tem de ser, pelo menos, um *spread* baixo para a dívida.

A segunda razão para a responsabilidade repartida pela situação de dificuldade de Portugal resulta da imperfeição do mercado interno europeu. O Tratado da União Europeia estabelece a criação do mercado interno em todo o seu espaço, e as instituições europeias são muito atentas a manter condições de concorrência saudável. Por exemplo, impedem ajudas diretas do Estado a empresas que funcionem no mercado concorrencial, para evitar distorções nessa concorrência. Em Portugal essa proibição tem sido particularmente visível em casos como a TAP e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Todavia, a União Europeia não tem atuado noutra fator, talvez ainda mais decisivo para a concorrência, que é o preço do dinheiro. Como se pode querer que uma empresa portuguesa concorra em pé de igualdade com uma empresa holandesa, se em Portugal, quando há crédito, os juros estão perto de 10%, ou mais ainda, e na Holanda os juros são de 2 ou 3%? Se respeitamos a proibição de ajudas do Estado à TAP, então temos de exigir que o preço do dinheiro seja similar em toda a União Europeia. A recente decisão de criar uma Supervisão Bancária Europeia vai no sentido certo, mas é insuficiente.

A União Europeia e a Zona Euro têm de ser justas para todos os seus membros. Portugal está a pagar um preço muito elevado para ajudar na construção europeia, e a restante Europa tem de nos ajudar. Pode fazê-lo simplesmente baixando o nosso *spread*, quer na dívida pública quer no crédito a particulares e a empresas, para níveis similares aos dos restantes países. Não é preciso inventar

nada: basta ver como atua o Banco Central dos Estados Unidos da América, a FED (Federal Reserve). Esta atua de forma que o governo americano consiga vender dívida pública a menos de 1% de juro, apesar de nos Estados Unidos existirem Estados com dificuldades financeiras iguais, ou piores, do que as de Portugal.

Por isso não concordo com o tratado que estabelece o Mecanismo de Estabilidade Europeia quando este determina *spread* de 2%. Tem de ser mais baixo, bastante mais baixo.

Portugal tem amplas razões para o reivindicar, e estou seguro de que encontrará quer na zona euro, quer na UE a 27, muitos aliados nessa demanda.

Cito de novo a vice-presidente da Comissão Europeia Viviane Reding: "A troika não manda nada. São meros técnicos, que dão a sua opinião técnica. São os políticos que decidem".

O *spread* da dívida pública é uma discussão política, não técnica. Não há razões técnicas para os 2% de *spread* do Mecanismo de Estabilidade Europeia; apenas razões políticas.

[III - Notas finais]

Ao entrar na reta final da minha intervenção quero começar por agradecer, intensamente, aos muitos professores da UC que aceitaram debater comigo as ideias que apresentei, e que tanto as melhoraram. É um privilégio poder aprender com tanta gente brilhante, nesta espantosa instituição que é a Universidade de Coimbra. Ela detém, de facto, muito do conhecimento que é preciso ao país para este encontrar um caminho de saída para esta crise.

Mas o dia da Universidade é também o dia em que, em Coimbra, temos o hábito de agradecer àqueles que nos dedicaram uma vida de trabalho e nos deixaram no ano transato. Em 2012 no total 76 pessoas, sendo 15 professores e os restantes 61 trabalhadores não docentes, entre os quais 16 dos serviços de ação social. Na impossibilidade de os nomear a todos, permitam-me que mencione aqueles que só nos deixaram por por jubilação, aos 70 anos. Foram os professores catedráticos João Marinho dos Santos, da Faculdade de Letras, Luís Providência, da Faculdade de Medicina, Maria de Lurdes Rebelo, da Faculdade de Farmácia, e Joaquim Romero de Magalhães, da Faculdade de Economia. Uma saudação especial para eles, e para todos uma saudação de agradecimento sentido.

Infelizmente, as regras legais dificultam muito a nossa capacidade de usufruir do enorme conhecimento e experiência que detêm os jubilados e aposentados; num país a envelhecer tão rapidamente, deveria ser natural que eles pudessem manter algum nível de colaboração remunerada, quando tal se justificasse, mas isso não é possível. Felizmente alguns continuam a colaborar com a Universidade, mesmo assim.

Uma palavra ainda para o laureado deste ano do prémio Universidade de Coimbra, o embaixador João de Deus Ramos, que dedicou a sua vida ao estudo e à promoção das ligações de Portugal ao Oriente, em que a Universidade de Coimbra desempenhou um papel tão relevante ao longo da história. É esta, aliás, uma das direções estratégicas do nosso desenvolvimento, e não tenho dúvidas que a conferência que ele vai proferir nos vai mostrar ainda melhor esse caminho. Quero ainda agradecer aqui ao Dr. Carlos Monjardino, presidente da Fundação Oriente, por ter aceite fazer a apresentação do nosso laureado. Não poderia terminar esta referência sem dirigir igualmente a minha gratidão ao banco Santander Totta, pelo facto de patrocinar este prémio.

Termino renovando a palavra que vos tenho trazido desde que tomei posse: o otimismo. Sei que a

Universidade de Coimbra, e o país, têm em si a força e o conhecimento necessários para saírem mais fortes desta tão negra travessia.

1 de março de 2013

João Gabriel Silva
Reitor da Universidade de Coimbra